

Da especificidade de alguns enunciados interrogativos (valores particulares com a ocorrência de *então*)

ANA BELA AFONSO

(Instituto Camões – Universidade de Vigo)

Recorrendo a alguns conceitos da Teoria Formal Enunciativa (escola de Antoine Culioli da Universidade de Paris VII), procurarei dar conta da especificidade de alguns enunciados interrogativos, sobre os quais tenho vindo há algum tempo a reflectir. E digo “alguns” porque estas reflexões se ligam unicamente a alguns dos valores e empregos relativos à interrogação.

De todos os enunciados estudados, recolhidos em contexto pedagógico, destacam-se, em termos de maior número de utilizações, precisamente aqueles que manifestam a ocorrência de “então”. Deter-me-ei por isso, e no final, no estudo de enunciados que apresentam a ocorrência desta partícula*.

No âmbito da linguística, o estudo da interrogação coloca desde logo duas perspectivas metodológicas globais:

a) por um lado uma perspectiva que sustenta a ligação privilegiada entre a interrogação e os actos de linguagem – a interrogação é sobretudo entendida enquanto acto directivo: para Searle (1982: 53) “*Les questions sont une sous-catégorie de directifs, puisqu’elles sont des tentatives de la part de L de faire répondre A, c’est à dire de lui faire accomplir un acte de langage*”,

b) por outro lado uma perspectiva que privilegia a ligação da interrogação à asserção, encontrando no par pergunta/resposta uma imbricação que se estabelece a nível semântico, sintáctico e pragmático.

Milner (1973) e J. & J. Milner (1975), entre outros, fundamentam já a necessidade de estudar o par pergunta/resposta, em vez da pergunta enquanto acto enunciativo isolado.

* Entendemos **partículas** em sentido lato, reagrupando nesta designação “preposições”, “advérbios”, “conjunções” e “interjeições”, tal como o fazem Jespersen (1924: 87), Cunha & Cintra (1984: 548) e Campos (1991: 185), entre outros.

De facto, interrogar é sobretudo uma actividade interenunciativa, fortemente implicadora da existência e da posição do “outro”, do destinatário (Fisher, 1992: 219; Kerbrat-Orecchioni, 1991: 10).

Partimos do princípio de que o estudo da Interrogação, integrado no estudo da enunciação, pressupõe a necessidade de analisar a actividade modalizante do sujeito enunciador.

Existem dois parâmetros abstractos – “sujeito” e “tempo” – definidores de uma situação de enunciação igualmente abstracta. Ao “sujeito” correspondem um enunciador (situado no pólo emissor da actividade da linguagem) e um co-enunciador (situado no pólo receptor). A actividade da linguagem é entendida como **actividade significativa de produção e reconhecimento**, facto que torna claro o carácter assimétrico da enunciação. De facto, o enunciador constrói uma determinada significação, marcada a nível da linearidade textual do enunciado produzido; o co-enunciador, a partir desse enunciado, reconstrói a significação do mesmo, raramente coincidindo, de forma simétrica e exacta, a construção e a reconstrução. Por sua vez, o co-enunciador, ao instituir-se como segundo enunciador na relação inter-enunciativa, construirá a sua própria significação.

É neste contexto que a interrogação se enquadra.

Recordemos que na actividade da linguagem, o sujeito enunciador parte de uma relação primitiva (entre noções). A relação primitiva situa-se a um nível pré-lexical (nível I) e para que esta actividade se torne em actividade enunciativa, é necessário que sobre ela incidam dois tipos de operações: **predicativas e enunciativas**.

A estrutura abstracta, ainda não determinada, que está na origem do enunciado é uma **relação predicativa** (notada <r>) que tem um *sentido*, correspondente à possível ligação entre os seus membros.

Por exemplo a seguinte relação predicativa tem um sentido:

<corrigir, professor, testes>

Das sucessivas operações de localização que podem incidir sobre a relação predicativa, conferindo-lhe, assim, determinação, resulta um número teoricamente infinito de enunciados, a cada um dos quais é associada uma **significação** (Campos & Xavier, 1991: 259).

A significação é **construída** em cada situação de enunciação, pela actividade discursiva dos enunciador e co-enunciador.

Poderemos fazer derivar desta mesma relação predicativa, por exemplo, os seguintes enunciados:

o professor corrigiu os testes
o professor já deve ter corrigido os testes
foi este professor que corrigiu os testes
o professor corrigiu os testes?

...

Pela **predicação** o sujeito enunciador vai determinar a organização sintáctica da relação predicativa.

Pela **referenciação** o sujeito enunciador vai localizar a relação predicativa em relação à situação enunciativa.

As operações predicativas e enunciativas são concomitantes. A partir da actividade de referenciação, o sujeito enunciador constrói categorias da actividade de linguagem como o tempo, a modalidade, o aspecto, determinação em geral, que afectam o enunciado.

Os valores referenciais de tempo-aspecto e modalidade, resultantes de operações de localização, têm como termos localizadores o **Tempo da enunciação - T** (para os valores referenciais de tempo-aspecto) e o **Sujeito da enunciação - S** (para os valores referenciais de modalidade).

Os valores modais têm como localizador o sujeito da enunciação, pois correspondem ao modo como o sujeito assume a validação da relação predicativa. Nos enunciados acima apresentados, o sujeito enunciador assume de formas e graus diversos a relação predicativa.

O que caracteriza o enunciado interrogativo, é que nele, o sujeito enunciador não valida a relação predicativa subjacente ao enunciado como verdadeira ou não verdadeira. Antes remete essa tarefa para o co-enunciador, pela construção antecipada do seu espaço enunciativo, construindo-o como localizador modal da relação predicativa.

É o que acontece em enunciados, quer se trate de interrogativas directas ou indirectas, ou mesmo de outras expressões que, não apresentando as características formais da interrogação – ordem de palavras, curva melódica, partículas interrogativas – traduzem linguisticamente essa intencionalidade do enunciador.

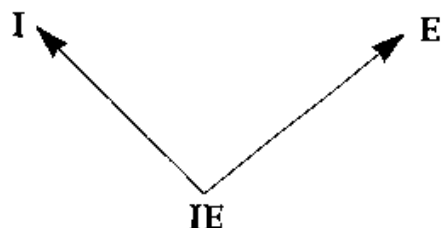
Poderão servir de exemplo (deste último caso) as seguintes expressões, tiradas de situações de interacção enunciativa:

“não percebi o que disseste...”

“estamos a falar com a D. Maria do Rosário que nos fala de...”

De facto, estes exemplos não correspondem àquilo que tradicionalmente se classifica de interrogações. Mas neles o enunciador remete para o seu co-enunciador a validação (parcial ou total) das ocorrências possíveis dentro do domínio em que se circunscreve a relação predicativa de uma enunciação construída num outro espaço enunciativo (nestes casos anterior a Sit₀), que falta validar.

Em Culioli ([1988] 1990: 91-113; 1990: 83-90; entre outros) é desenvolvida a representação da potencialidade dos caminhos possíveis na validação ou não validação de uma relação predicativa, apresentando o autor a subteoria da *bifurcação* IE / I / E:



Teremos assim, em termos de representação, o protótipo da bifurcação em que IE está desligado do plano de validação definido por I e por E, podendo estabelecer-se um ciclo ordenado de passagem de IE a I e posteriormente a E, sendo inclusivamente possível o regresso a IE. Podemos dizer que essa orientação seleccionada corresponde ao caminho nocional enquanto percurso construído em direcção a um ponto estável, que será o ponto de referência.

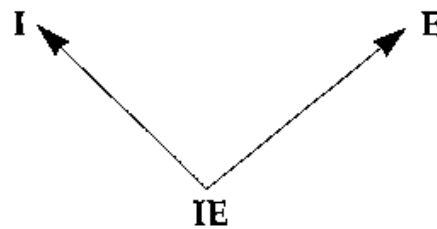
A orientação é representada topologicamente por um **vector** (correspondente ao gradiente do domínio nocional), tem uma **direcção** (em relação ao Interior ou Exterior gradiente do domínio nocional), tem uma **direcção** (em relação ao Interior ou Exterior do domínio) e um **sentido** (para o Interior ou para o Exterior).

IE não tem o mesmo estatuto que o Exterior, dado que E reenvia a uma zona estruturada em relação ao Interior.

É ainda possível, segundo Culioli ([1988] 1990: 99) efectuar na bifurcação diversas operações, como por exemplo:

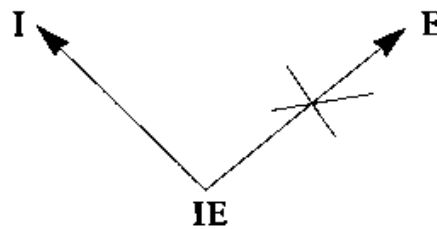
a) equilibrar os dois caminhos

ex: stôra, eu fiz e não fiz o trabalho de casa (I e E)

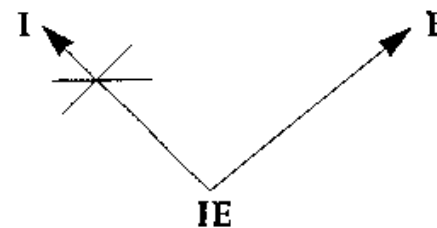


b) eliminar um caminho

ex: fiz o trabalho de casa (I)

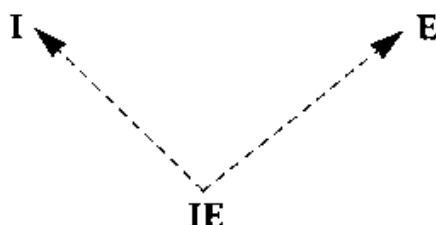


ex: não fiz o trabalho de casa (E)



c) conservar os dois caminhos

ex: fizeste o trabalho de casa? (I ou E)



Tendo em consideração que enunciador e co-enunciador participam sempre na (re)construção do texto, poderemos também considerar que na construção de enunciados interrogativos, esta relação dinâmica é afectada por uma diversidade de valores modais próprios da interrogação.

Na relação não simétrica entre o enunciador da pergunta (que não valida a relação predicativa subjacente ao enunciado) e o enunciador da resposta (que em princípio validará a relação predicativa) há sempre, no processo de construção de significação, uma orientação para um valor tipo, um centro organizador ou um centro atractor, enquanto ponto de estabilização.

Ora essa orientação é muitas vezes fornecida no próprio enunciado interrogativo, apesar da não validação da relação predicativa.

Ao produzir uma interrogação, o sujeito enunciador posiciona-se no exterior do domínio de validação: em IE (numa situação compatível com I e com E).

Mas é possível, ao enunciador da pergunta, marcar uma operação de "orientação" para a validação (por parte do co-enunciador, num outro espaço enunciativo) da relação predicativa numa determinada zona (I ou E) do domínio.

Delimitando, assim, o número teoricamente infinito de ocorrências enunciativas que na troca enunciativa possam servir de resposta, o enunciador da pergunta "pressiona" deste modo uma validação da relação predicativa numa zona desejada (I ou E).

É precisamente no estudo deste facto que se torna útil e operacional o conceito de domínio nocional, conceito que contribui para observar com rigor como, por exemplo no caso da **interrogação retórica**, o sujeito enunciador efectua a construção do caminho que, partindo de uma posição inicial, aparentemente fora do domínio de validação (fora de p, p'), passa pelas zonas possíveis, até finalmente concluir o percurso, situando mesmo, a ocorrência, na zona seleccionada:

em I – ex: quem não quer tirar boas notas?

em E – ex: queres ir ao Conselho Directivo, queres?

Contudo, a nível da linearidade textual (nível II), o enunciado apresenta a forma de interrogação.

Acontece que em todos os outros tipos de interrogação, o sujeito enunciador não procede, de facto, à validação da relação predicativa subjacente ao enunciado.

Noutros exemplos como:

profes: **Abílio, queres ir lá para fora, queres?**

profes: **mas desde quando, Sónia, Henrique se escreve sem "h" ?**

correspondem, em contexto, a situações em que o sujeito da enunciação, construindo um enunciado interrogativo, age sobre o sujeito do enunciado com o intuito de desencadear situações dinâmicas que, em ambos os casos, correspondem a mudanças de atitudes: o Abílio deverá portar-se bem na aula e a Sónia deverá escrever a palavra correctamente.

A interrogação pode, portanto, ser também marcador da modalidade inter-sujeitos.

Em "Extraits de l'Encyclopédie Alpha" (Culioli *et alii*, 1970: 6) vemos que em sentido estrito, a asserção é um acto de linguagem através do qual, se enuncia uma proposição verdadeira ou falsa (excluindo-se, portanto, enunciados afectados de outros valores modais como a dúvida, injunção, etc.).

No sentido estrito do termo, a asserção implica que o enunciador afecte o enunciado de uma certeza, positiva ou negativa: num enunciado assertivo há a validação da relação predicativa subjacente.

Ora num enunciado com valor modal interrogativo, essa validação não poderá ocorrer.

A asserção é construída pelo enunciador quando este valida com valor positivo (afirmação) ou negativo (negação) a relação predicativa subjacente ao enunciado, na situação de enunciação em que é localizador origem. A interrogação implica sempre, e como vimos, a validação da relação predicativa subjacente, num outro espaço enunciativo, antecipadamente construído, no qual o co-enunciador (da pergunta) se instituirá como enunciador de uma asserção (na resposta).

É este facto que opõe a interrogação à asserção em termos de operações subjacentes.

Um enunciado interrogativo não pode sequer comportar, a nível da sua linearidade textual, a simultaneidade de um valor assertivo e interrogativo, donde resulta a má-formação da sequência

ex: * **já vejo que o João (não) fez o trabalho de casa?**

A expressão "já vejo que" é um marcador de asserção. Dada a incompatibilidade, no mesmo enunciado, de um valor assertivo e interrogativo, a sua aplicação num enunciado interrogativo, torna-o agramatical.

A produção de um enunciado tem como base a construção de uma relação predicativa que não é verdadeira nem falsa.

O mesmo se poderá dizer de um enunciado interrogativo a nível da sua linearidade textual.

A interrogação constrói uma representação complexa que opera uma relação de alteridade, de complementaridade, de identificação/diferenciação, que cabe ao co-enunciador seleccionar, situar e validar.

Mas a interrogação pode também marcar a orientação da relação predicativa subjacente, direccionando a sua validação em sentido para o Interior ou para o Exterior do domínio de validação.

A interrogação revela, por isso, diferentes tipos (e para cada tipo diferentes graus) de interdependência entre o enunciador e a relação predicativa subjacente ao enunciado.

Coloca-se então o problema das tipologias da interrogação, que não iremos aqui abordar, referindo antes as operações subjacentes à interrogação em geral. Usaremos para tal o seguinte exemplo:

(durante a interpretação de um texto a professora pergunta:)
Profes.: O narrador é participante?

Subjacentes a esta interrogação são construídas as seguintes operações:

- a) construção da relação predicativa <ser, o narrador, participante>;
- b) construção da classe dos valores modais que correspondem respectivamente à validação e à não validação da relação predicativa num tempo T_2 , tempo do evento linguístico.

Neste caso, a classe tem unicamente dois valores modais que poderão ser simbolizados pelas partículas *sim* – “sim, é participante” e *não* – “não, não é participante”.

c) construção antecipada do espaço enunciativo no qual o co-enunciador irá escolher, como segundo enunciador, um dos valores da classe que lhe é proposta, validando afirmativamente (valor positivo da classe) ou negativamente (valor negativo da classe) a relação predicativa.

Ora, perante a diversidade de *atitudes modais* (Lopes, 1971: 204) que pode tomar o sujeito enunciador da pergunta, pode também acontecer que seja determinante para o valor da interrogação, a ocorrência, a nível do enunciado, de determinados valores, como é o caso daqueles construídos por partículas modais (que funcionam como marcas do sentido negativo, positivo ou outros valores modais, que o enunciador da pergunta constrói na interrogação e poderá querer fazer imprimir na resposta do segundo enunciador).

A manipulação de enunciados (em que ocorre a partícula então) com outras partículas modais que numa primeira análise intuitiva me pareciam equivalentes (estamos agora a referir-nos à partícula “afinal”), permitiu chegar à conclusão do interesse em estudar com mais rigor os comportamentos que as mesmas apresentam em enunciados interrogativos.

Nos enunciados interrogativos em que ocorrem, estes marcadores apresentam um valor anafórico que os caracteriza como conectores de dois acontecimentos linguísticos temporalmente pertencentes a duas situações de enunciação distintas. Esta circunstância pressupõe, em Sit_0 , que o enunciador da pergunta incluía um valor de asserção estrita construída numa situação de enunciação anterior (um pré-construído).

Tomemos os exemplos seguintes:

então o Abílio foi ao Conselho Directivo?
afinal o Abílio foi ao Conselho Directivo?

Trata-se de um contexto em que um professor determina a ida do aluno ao Conselho Directivo (C.D.) como repreensão de uma atitude que o aluno não assume.

Em qualquer destes enunciados é retomada a situação de enunciação anterior, em que um enunciador (professor) determinou a ida do aluno ao C.D. Mesmo que a ocorrência destas partículas modais se efectue em enunciados cujo predicado tenha o valor aspectual do presente ou mesmo futuro do indicativo:

afinal, o Abílio está no Conselho Directivo?
então, o Abílio irá ao Conselho Directivo?

estas partículas são sempre marca de um pré-construído, quer tenha sido verbalizado ou não. São portanto marca de uma segunda ocorrência (entenda-se por "segunda" ocorrência toda aquela ocorrência – segunda, terceira, quarta... – que é construída numa continuidade do percurso da troca interenunciativa).

De facto, em qualquer dos exemplos é retomada uma enunciação anterior, na qual foi validada a relação predicativa subjacente <ir, Abílio, Conselho Directivo>.

Mas o facto de ocorrer nestes enunciados estas partículas, é porque de alguma forma o enunciador põe em causa (por desconhecimento, porque pretende uma confirmação, propositadamente, ou por outros motivos) a própria validação desse pré-construído - facto que não aconteceria numa interrogativa total em que estas partículas não ocorressem:

o Abílio foi ao Conselho Directivo?

Estas partículas comportam por isso, nestes contextos enunciativos, um valor que denominamos "avaliativo" uma vez que são marca do valor positivo, negativo ou outros, que o enunciador atribui ao acontecimento.

Estudando o comportamento deste subconjunto verificamos que as partículas modais que ocorrem nestes enunciados, não podem ser consideradas como sinónimas.

Contudo, apresentam em comum algumas propriedades essenciais, entre as quais já referimos a retoma autonímica de que são marca e que caracteriza o grupo de enunciados em que ocorrem.

Detendo-nos unicamente nos valores particulares da interrogação em que ocorre "então", poderemos verificar que esta partícula pode ocorrer em todos os tipos de interrogativas.

Da variedade de valores e empregos que este marcador pode apresentar em Português (estudados em Sousa, 1995: 73-100), debruçar-nos-emos sobre duas ocorrências representativas dos enunciados interrogativos em que ocorre no *corpus*:

- (1) **então, fizeste a composição?**
- (2) **então, quantas (respostas) acertaste?**

Nos exemplos (1) (interrogação total) e (2) (interrogação parcial), o enunciador apresenta uma atitude de distanciação:

a) ou porque de facto desconhece a informação evocada (o professor desconhece se o aluno fez ou não a composição/ ou o número de respostas correctas),

b) ou porque põe em causa a própria validação do pré-construído, já efectuada numa situação de enunciação anterior e que está marcada linguisticamente pelo valor aspectual do pretérito perfeito (põe em causa o facto de o aluno ter efectivamente feito a composição / pretende uma clarificação ou confirmação do número exacto de respostas correctas).

Se omitirmos “então” do enunciado, obteremos uma interrogativa total (“fizeste a composição?”) ou parcial (“quantas perguntas acertaste?”), que poderá estabelecer, respectivamente, a construção enunciativa da hipótese descrita em a).

Mas a situação descrita em b) – pôr em causa a validação do pré-construído – não permite a omissão do marcador; é a sua ocorrência que viabiliza esse valor da interrogação em que ocorre.

A interrogativa com “então” marca a construção de uma situação enunciativa em que o anteriormente validado (enunciativamente ou não) é posto em causa pelo enunciador. Nesta interrogativa, a relação entre o percurso dos possíveis (validação em I ou em E, por parte do segundo enunciador) ultrapassa o valor de um pedido de confirmação.

Vejamos como:

1. numa interrogativa “tag”

p.ex.: **“ele vai ao Conselho Directivo, não vai?”**

o enunciador permite ao co-enunciador ponderar o valor positivo (em I - vai) ou negativo (em E - não vai) da validação da noção, embora previamente “encaminhando” para I essa validação, através do pedido de confirmação (“não vai?”) do valor assertivo do primeiro membro do enunciado (“ele vai ao conselho directivo”);

2. se a interrogativa tiver a ocorrência de “então”

“então ele vai ao conselho directivo?”

poderá pôr em causa a estabilização do percurso anteriormente construída. O enunciador poderá atribuir a essa anterior validação uma diferenciação, não concordando ou duvidando da orientação que circunscreveu a noção num determinado lugar. Há uma desconexão entre o que foi ou não validado numa situação enunciativa anterior (o pré-construído – a obrigação de o aluno ir ao Conselho Directivo) e o que, na interrogação, é agora objecto de validação: o valor de verdade dessa validação.

O segundo enunciador terá agora que confirmar – sem sugestão de percurso, para I ou para E – essa validação anterior; os dois caminhos possíveis são equitativamente possíveis e por isso, muito frequentemente, “então” ocorre com “ou”:

Profes.: então temos aí uma caracterização física e psicológica ou só física ou só psicológica?

Conforme concluímos ao estudar enunciados interrogativos com ocorrência da partícula “ou”, esta ordena os termos do enunciado e constrói o fechamento de domínios em alternativa. A compatibilidade entre estas duas partículas resulta do facto de “então” marcar, neste enunciado, a possibilidade equitativa dos caminhos possíveis (caracterização física e psicológica/só física/só psicológica), já que não (pré)estabelece nenhuma orientação em relação à validação da relação predicativa, e “ou”, compativelmente com esse valor de não (pré)orientação, ordena os termos no enunciado estabelecendo uma relação de alternativa. Ora o valor que a interrogação adquire com a ocorrência destes marcadores, é obrigar o segundo enunciador a escolher um único valor de entre os valores possíveis e em alternativa.

Mas pode também ocorrer num enunciado interrogativo em que essa (pré)orientação seja construída, mantendo contudo um valor negativo:

Ricardo: só psicológica

Profes.: então, só psicológica?

(nesta troca enunciativa, a resposta esperada é “caracterização física e psicológica”)

De facto, ao interrogar o valor assertivo da resposta do Ricardo, o Professor orienta a resposta seguinte. Neste enunciado “então” retoma “só psicológica?” para, ao não legitimar a validação do pré-construído, fornecer ao aluno um quadro de validação com maiores probabilidades de êxito. De facto, ao não aceitar como verdadeira a hipótese seleccionada pelo Ricardo (“só psicológica”), elimina-a entre as três hipóteses possíveis:

- ser uma caracterização física e psicológica
- ser uma caracterização só física
- (- ser uma caracterização só psicológica).

“Então” além de marcar uma segunda ocorrência enunciativa, apresenta um valor negativo pelo facto de o valor esperado não ter sido verificado na resposta.

Este marcador ocorre ainda em enunciados interrogativos em que apresenta o valor exemplificado em:

Profes.: física e psicológica então o que é que ele fez então Mónica?

Neste exemplo, a primeira ocorrência de “então” marca a fronteira de fechamento de uma situação enunciativa anterior (resposta do aluno), cujo valor de verdade é confirmado (legitimado) pelo professor, na sua função de autoridade: a repetição da resposta anterior dada pelo aluno – “física e psicológica” corresponde portanto, no enunciado do Professor, à sua aceitação, estabelecendo este, com a construção da ocorrência de “então”, o fechamento (e a legitimação) dessa situação enunciativa anterior; “então” poderá ser glosado por: “posto isto”, “assim sendo”, etc.

A segunda ocorrência de “então” já está integrada num enunciado interrogativo – “o que é que ele fez então?” e poderá ser marca de um valor temporal equivalente a “nesse momento”, “nessa altura”, mas com valor topológico de “depois de” (cf. Lopes, 1971: 138). Esta “distância cronológica” (*idem, ibidem*) é construída através de um valor temporal que projecta para um tempo (T_3) que sucede ao tempo do acontecimento linguístico (T_2).

Teremos assim a seguinte sequência:

(eu (S_0) agora (T_0) pergunto): “o que é que ele (S_2) fez então (T_3)?”

Segundo Sousa (1995: 79)

a partir de T_2 , então marca a construção de T_3 . [...] dá um “salto” no desenrolar dos acontecimentos, marcando o devir da própria narrativa. Assim, então é localizado em relação à lexis antecedente e, ao mesmo tempo, suplanta essa localização dando o tal “salto” em frente [...] construindo valores referenciais diferentes dos da lexis precedente. [...] A relação temporal entre as duas lexis é de sucessividade [...].

Mas também poderá ser unicamente marca de uma segunda ocorrência, remetendo para uma primeira enunciação: “então, o que é que ele fez? então Mónica?” (já te perguntei e ainda não respondeste...)

De entre a diversidade de valores que esta partícula pode apresentar, “então” é sempre marca de uma segunda ocorrência enunciativa, como poderemos verificar no seu contexto discursivo:

- 1) **Profes.:** como é que ele nos é descrito Ricardo?
- 2) **Ricardo:** calça listrada de oiro
- 3) **Profes.:** calça listrada de oiro temos então depois a seguir o [escreve no quadro] o escudeiro
- 4) **Ricardo:** ciumento
- 5) **Profes.:** diz lá Ricardo
- 6) **Ricardo:** ciumento
- 7) **Profes.:** então temos aí uma caracterização física e psicológica ou só física só psicológica?
- 8) **Ricardo:** só psicológica
- 9) **Profes.:** então só psicológica?
- 10) **Marcelo:** as duas
- 11) **Profes.:** física e psicológica então o que é que ele fez então Mónica?

Poderemos descrever os seguintes valores de “então” nos enunciados interrogativos em que ocorre:

1. marca de segunda ocorrência:
 - “então” põe em causa validação do pré-construído – valor negativo – ex. 9)
 - “então” não apresenta valor negativo – é marca de uma segunda ocorrência construindo a ligação conclusiva das diversas etapas do percurso discursivo, podendo ser glosado: “por isso”, “posto isso”, “portanto” – ex. 3)
 2. marca de um valor temporal ex. 11) – enunciado interrogativo
- Reparemos agora na seguinte troca enunciativa:

Profes.: mas porque é que ele dá o sinónimo de aguardar a morte?

Rui: porque a velhinha estava mesmo a dar o piro

Profes.: então o que é isso Rui?

Alunos: porque a velha estava mesmo a dar o quê?

Rui: o pira

O exemplo “então o que é isso?” corresponde a uma interrogação retórica, cuja função se distancia das outras interrogações didácticas, uma vez que, ao contrário destas, elimina a possibilidade de resposta: “então o que é isso?” equivale à asserção “isso não é nada”, podendo ser glosada como “isso não é maneira de se falar na aula”.

De facto, o valor de censura que esta interrogativa pragmatiza ancora numa modalidade intersujeitos (Campos & Xavier, 1991: 342) correspondente a uma relação interagentiva, na qual o enunciador pretende desencadear uma relação dinâmica: o Rui deverá falar adequadamente.

“Então” remete, neste exemplo, para a primeira ocorrência do Rui e reforça um valor de censura: sendo marca de espanto, prova que estava fora do quadro dos comportamentos aceitáveis numa aula (pré-construído não verbalizado), aquela resposta do aluno: “porque a velhinha estava mesmo a dar o piro”.

“Então” marca uma ruptura nocional ao negar nesse contexto a resposta do aluno (que não é sequer retomada no segundo membro do enunciado), e ao instanciar a construção imediata de uma interrogativa retórica com valor de censura.

Mas de facto, tal estratégia não resultou: não só os alunos construíram uma interrogativa de “eco”, com ênfase no morfema interrogativo desencadeador da repetição de “dar o piro”, expressão censurada e não aceite pelo professor - “porque a velha estava mesmo a dar o quê?”, como por outro lado o próprio Rui, aceitando o espaço enunciativo para si construído na interrogação dos colegas, repete (à revelia do professor, mas “respeitando” a obrigatoriedade de resposta à pergunta) a expressão que a própria pergunta exige: agora na forma “o pira”.

Ao preferir a forma interrogativa (“então o que é isso?”) à forma assertiva (“isso não é maneira de se falar na aula”), o professor constrói o seu enunciado (interrogativo, com possibilidade de resposta) como dependente do enunciado do seu co-enunciador, acabando por desviar-se de uma imagem de autoridade.

O modo de perguntar e de responder não é, de facto, universal.

Nenhuma teoria trata a totalidade dos fenómenos da linguagem, tal como nenhuma tipologia consegue dar conta da diversidade, sempre em desenvolvimento, de qualquer facto linguístico.

Mas na procura desse ideal, os diversos estudos complementam-se, e em conjunto, poderão dar conta de alguns invariantes.

A nível linguístico, poderemos referir o facto de alguns marcadores interrogativos terem particularidades comuns: curva melódica, inversão do sujeito, partículas específicas - “est-ce que”, “ka” em japonês, “-ko” em finlandês, morfemas Q em português.

A nível psico-linguístico poderemos referir as teorias da vinculação criança/figura maternal (teorias do “attachment”), que estudam o desenvolvimento humano. Em termos gerais, estas teorias apontam como essencial à aquisição e desenvolvimento da linguagem o relacionamento verbal que a mãe estabelece com o bebé (qualquer que seja o contexto sócio-cultural em que estes se integrem), sendo de notar uma variável que diversos autores consideram essencial (Ainsworth, Bowlby, Harlow, Hoffman, entre outros), até para o desenvolvimento global da criança: a elevada frequência de perguntas que a mãe constrói e lhe dedica, mesmo em fase “pré-verbal”. Segundo Robin (1986), a mãe dirige ao bebé uma média de 40 a 50% de enunciados interrogativos, e uma média de 30% de frases declarativas; ao contrário, a comunicação verbal entre adultos é caracterizada por uma maior frequência de declarativas.

A existência de interrogações retóricas é também apontada como universal por diversos linguistas (cf. Kerbrat-Orecchioni *et alii*, 1991: 32).

Ora todas estas perspectivas de estudo, de contextos tão diversificados, desaguam numa constatação – o âmbito alargado em que a interrogação se insere: a própria vida.

Foi, de facto, este “misterioso mundo” das operações e valores subjacentes à diversidade das formas linguísticas que nos permitiu descobrir a “natural” complexidade da interrogação.

O seu estudo continua a ser um apaixonante desafio.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARD, G. – 1992 “Formalisation dynamique des relations prédicatives”, *La Théorie d’Antoine Culioli: ouvertures et incidences*, Paris, Ophrys, 163-183.
- CAMPOS, M.H.C. – 1994 “Abordagem Semântico-Enunciativa de Alguns Problemas Gramaticais”, *Máthesis 3*, Faculdade de Letras de Viseu da Universidade Católica Portuguesa, 137-150.
- CAMPOS, M.H.C. & XAVIER, M.F. – 1991 *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa, U.A.
- CULIOLI, A. – 1971 *Définitions de quelques termes en linguistique*, *Extraits de l’Encyclopédie Alpha*, Paris, Université de Paris 7.
- 1990 *Pour une linguistique de l’énonciation*, Paris, Ophrys.
- 1992 “Ouverture” in *La Théorie d’Antoine Culioli: ouvertures et incidences*, Paris, Ophrys, 3-15.
- CUNHA, C. & CINTRA, L.F.L. – 1984 *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- JESPERSEN, O. – 1924 *The Philosophy of Grammar*, London, George Allen & Unwin, Ltd.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *et alii* – 1991 *La Question*, Presses Universitaires de Lyon.
- MATEUS, M.H. *et alii* – 1989 *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.
- MILNER, J. & MILNER, J.-C. – 1975 “Interrogations, Reprises, Dialogue”, *Langue, discours, société - Pour Emile Benveniste*, Paris, Seuil, 122-148.
- MILNER, J.-C. – 1989 *Introduction à une science du langage*, Paris, Seuil.
- SOUSA, O.C. – 1995 *Marcadores Aspecto-Temporais em Narrativas de e para crianças de 6/7 anos*, Dissertação de Mestrado, F.C.S.H. Universidade Nova de Lisboa.
- SOUSA, L.D. – 1993 *A Interpretação de Textos na Aula de Português*, Lisboa, Edições Asa.